

O APAGÃO DA MEMÓRIA NACIONAL



Gastão Reis

Virou lugar comum dizer que brasileiro não tem memória e, menos ainda, visão de futuro. Os exemplos abundam quando queremos confirmar a tese. Ninguém saberia em quem votou para deputado nas últimas eleições e muito menos nos preparamos para o futuro previsível das calamidades naturais que nos pegam de “surpresa”, ano após ano, nas chuvas torrenciais dos meses de verão. Com frequência, não perdemos a oportunidade de expor nossas mazelas e jogar nossa autoestima no nível do tornozelo. Pior: fica no ar aquele sabor de sempre foi assim. Que não tem jeito mesmo.

Será, mesmo, que foi sempre assim, ou estamos diante de um processo histórico que nos fez perder a memória nacional e o nosso sentido de futuro? Isso teria a ver com o nascimento da república no Brasil, ou seria uma ligação espúria sem sentido?

Vamos aos fatos que não podemos fazer calar. No último livro publicado pelo famoso economista Celso Furtado, em determinado momento, ele nos fala da monarquia no Brasil e de sua capacidade de preservar a memória nacional e de ter olhos para o futuro. O mestre Furtado nos dá uma primeira pista. Então, não foi desde sempre essa terrível alienação nacional, essa perda, digamos, de identidade. A atuação de Pedro II no IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, frequentando regularmente suas reuniões e fazendo doações significativas durante cerca de quatro décadas, dá bem a medida de sua preocupação com a memória nacional e o futuro. Outros exemplos no varejo nos chamam a atenção para outros fatos pouco divulgados como a reconstituição da floresta da Tijuca, que levou no total 17 anos para ser replantada, de acordo com sua flora original, que havia sido tomada por cafezais. Na baixada fluminense, havia um sistema muito eficiente de drenagem das águas de chuva, regularmente mantido, que evitava maiores estragos nos verões. Quando se consulta um mapa da cobertura florestal do país nos primeiros quatro séculos de nossa história, podemos observar, para nosso espanto, que a perda foi mínima. Na verdade, é só de 1950 em diante que a devastação salta a olhos vistos nos mapas brasileiros. O Barão do Rio Branco e figuras maiores do Império cultivavam as efemérides nacionais, ou seja, em cada dia do ano, eles sabiam o que havia acontecido de importante naquela data em nossa História.

A essa altura, ficou claro que houve uma mudança qualitativa para pior entre o fim do século XIX e início do século XX, período em que se instalou o regime republicano em nosso país. Tínhamos e deixamos de ter memória, sentido de futuro e preocupação com o meio-ambiente. Como se deu isso?

José Murilo de Carvalho, em seu livro *A formação da alma – O imaginário da república no Brasil*, deixa claro que a república no Brasil não conseguiu construir seu imaginário pela ausência de participação popular em sua proclamação. A ausência de raízes populares na fundamentação do novo regime, coisa que nunca faltou ao regime anterior, é uma lacuna fatal, que vem se manifestando, em maior ou menor grau, ao longo da vida republicana brasileira. E pode explicar, a despeito de avanços nos planos social e econômico, a situação mal resolvida, até hoje, no plano político-institucional. Inúmeras pesquisas de opinião pública sobre a política e os políticos no Brasil constataam a descrença de 80% da população em seus representantes. E tende

[CONTINUA]

a piorar: tem sentido deputados e senadores brasileiros ganharem mais que seus similares americanos?!

A hipótese de trabalho que pode ser legitimamente levantada é que essa ausência de um imaginário republicano no Brasil, ou seja, na falta de elementos que dessem substância democrática ao novo regime, o que lhe restou foi tentar apagar de nossa memória como povo aquelas tradições ligadas à monarquia em que o novo regime não se reconhecia. O preço pago foi elevadíssimo, pois se tratou de tentar apagar da memória popular e nacional os quatro séculos de regime monárquico profundamente enraizados em nossa cultura. Ainda que se conceda o benefício da dúvida aos golpistas em matéria de intencionalidade, o fato é que esse foi o resultado prático a que se chegou. O apagão da memória nacional começou em 1889. Brasileiro tinha memória, sim!

A história do país ensinada nas escolas de ensino fundamental e médio omite fatos e circunstâncias que deixariam a república em maus lençóis quando comparada ao que já vinha acontecendo sob o regime monárquico. A ampla liberdade de expressão, de pensamento e de imprensa de que gozamos ao longo de quase 50 anos sob Pedro II ainda não foi igualado por período tão longo sob o regime republicano. Muito mais séria foi a perda da saudável tradição de os governos do país prestarem contas de seus atos ao Chefe de Estado, de um lado, e ao Parlamento, de outro. Homens públicos que gozavam do respeito da população. Tudo isso deixou de existir e o país passou a ser comandado por políticos, e militares em diversas ocasiões, que foram retomando hábitos e procedimentos autoritários no trato do dinheiro público. Ao invés de evoluir na direção correta, como vinha acontecendo, involuímos. Antes, a simples perda de confiança no homem público era suficiente para fazê-lo cair do cavalo. A confiança não é mais a pedra fundamental de nossa vida política. A reforma política vem em boa hora, mas não do jeito que está sendo gestada. Aquela que realmente precisamos, para funcionar a contento, deverá vir por um projeto de iniciativa popular, com foi o caso do Ficha Limpa. Caso contrário, pode piorar sim. Tiririca *não* tem razão.

Minha identificação: Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista

E-mail: gastaoreis@smart30.com.br // Cel. 24 9272-8586

Site pessoal: www.smart30.com.br

Publicado na Tribuna de Petrópolis, em 05/03/2011, sábado